

Principais Julgados

Jurisprudência do Tribunal Federal de Recursos*

Acidente do Trabalho. Faltando competência à Justiça Federal para dizer acerca de litígio relativo a acidente do trabalho (arts. 142, § 2º, da Constituição, 19, 11, da Lei nº 6.367/76 e 175, II, da Consolidação das Leis da Previdência Social), há de lhe faltar competência para dizer sobre juros e correção monetária de benefícios pagos administrativamente. Incompetência declarada de ofício, nos moldes do art. 113 do Cód. de Proc. Civil. Remessa dos autos à Justiça ordinária do Estado. Apelação prejudicada. AC 106.456-RS. (RTFR, vol. 139, pág. 205).

Administrativo e Processo Civil. 1. Vantagem instituída pela Lei nº 6.732/79, com as alterações dos Decretos-Leis ns. 1.746/79 e 2.153/84, e objeto da Súmula nº 155/TFR. Procedência da ação, inalterável por reconhecimento do direito após a propositura e contestação da ação, na esfera administrativa. 2. Recurso adesivo. Impossibilidade de sua interposição na petição de contra-razões. 3. Apelação do Instituto desprovida; não conhecimento da apelação adesiva da autora. AC 100.479-MG. (RTFR, vol. 128, pág. 268).

Administrativo e Trabalhista. Organização sindical. Reconhecimento de associação como sindicato. Inexistência de afronta aos arts. 2º-XI e 14 do Decreto nº 67.284/70 e 516 da Consolidação. Mandado de segurança denegado. MS 115.533-DF. (RTFR, vol. 161, pág. 353).

Administrativo. Ascensão funcional. Escolaridade. “Deferida a liminar, posteriormente confirmada em sentença, para possibilitar a concorrência no processo seletivo, com a obrigatoriedade de cumprimento do requisito por ocasião da posse, exauriu-se a pretensão do ‘writ’, motivo pelo qual deve ser mantida a decisão, considerando, ainda, as circunstâncias nela acentuadas”, conforme a AMS 107.672. Apelação improvida e sentença confirmada. AMS 107.213-MG. (RTFR, vol. 151, pág. 297).

Administrativo. Concurso público. Nomeação. Pelo simples fato de ter sido aprovado em concurso público, o candidato não tem direito absoluto à nomeação. Caso em que a sentença julgou a autora carecedora de ação declaratória. Apelação improvida. AC 110.873-PI. (RTFR, vol. 160, pág. 109).

Conflito Positivo de Competência. Limite temporal. Se um dos Juízes já emitiu juízo definitivo a respeito da causa, exaurindo, assim, a sua função, o conflito perde a razão de ser. Conflito não conhecido. CC 6.918-MG. (RTFR, vol. 140, pág. 247).

Débito Resultante de Decisão Judicial. Correção monetária. Caso de incidência da correção a partir do ajuizamento da ação, a teor do art. 1º, § 2º, da Lei nº 6.899/81.

*Processos em que o Exmo. Sr. Ministro **Nilson Vital Naves** atuou como Relator.

Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

Embargos infringentes recebidos. EAC 99.928-MG. (RTFR, vol. 140, pág. 135).

Ensino Superior. Agronomia. Segurança concedida, por aplicação da Lei nº 5.465/68, daí decorrendo a matrícula. Situação de fato e de direito consolidada, desaconselhando sua desconstituição. Precedentes do STF e do TFR. Apelação desprovida; sentença confirmada. AMS 97.670-SC. (RTFR, vol. 131, pág. 285).

Militar. Ex-combatente. Retificação do ato de reforma. 1. Prescrição. Caso em que não tem curso a prescrição, por tratar-se de reforma de ex-combatente. 2. Coisa julgada. Inocorrência, por ausência de perfeita identidade entre as duas ações. 3. Reforma. Retificação do ato de reforma, em decorrência do disposto no art. 2º e parágrafo único do Decreto-Lei nº 8.795/46. 4. Sentença confirmada, apelação desprovida. AC 90.812-RJ. (RTFR, vol. 128, pág. 213).

Militar. Promoção por ressarcimento. Efeitos da prescrição da pretensão punitiva. Tal tipo de prescrição, ainda que retroativa, alcança também os efeitos acessórios ou secundários da condenação. Ação ordinária julgada procedente, com o reconhecimento do direito reclamado. Sentença confirmada. REO 95.846-CE. (RTFR, vol. 125, pág. 387).

Militar. Reforma de 1964, com apoio no Ato Institucional nº 1. Prescrição. Ajuizada a demanda em 1984, com a arguição de nulidade do ato de reforma, a prescrição do Decreto nº 20.910/32, pelo princípio da *actio nata*, atingiu o próprio direito, isto é, o fundo do direito, e não somente as prestações sucessivas. Precedentes do STF e do TFR. Sentença reformada e processo extinto (art. 269, inciso IV, do Código de Processo Civil). REO 106.927-SC. (RTFR, vol. 154, pág. 399).

Militar. Reserva por aceitação de cargo público permanente, estranho à sua carreira. Remuneração. É a desse cargo, inacumulável com os proventos do posto militar. Aplicação do art. 182, §§ 3º e 5º da CF/46. Caso em que a sentença violou literal disposição de lei. Ação rescisória julgada procedente. AR 1.119-RJ. (RTFR, vol. 164, pág. 15).

Penal e Processo Penal. Entorpecente (Lei nº 6.368/76, arts. 12, 14 e 18, I). Tráfico ilícito. I - Competência. Agente preso pela fiscalização do aeroporto, pouco antes de deixar o país. Caso de ação delituosa com a nota de internacionalidade. Competência, portanto, da Justiça Federal. Precedentes. II - Alegações preliminares. Falta de intimação do defensor de réus presos, constituído por estes no interrogatório. Hipótese de nulidade. Precedentes. III - Apelações providas, em parte, com efeito extensivo. ACr 7.133-RJ. (RTFR, vol. 140, pág. 223).

Penal e Processo Penal. Entorpecentes (Lei nº 6.368/76). Tráfico com o exterior (arts. 12 e 18-1). 1. Indício. É a circunstância conhecida e provada que, tendo relação com o fato, autorize concluir-se a existência de outras circunstâncias. 2. Autoria caracterizada, em face das circunstâncias conhecidas e provadas, que autorizem concluir-se como concluiu a sentença. 3. Penas. Redução ao mínimo legal. 4. Pena privativa de liberdade. Execução em regime aberto, preenchido os pressupostos de lei. 5. Apelação provida, em parte. ACr 7.376-RJ. (RTFR, vol. 153, pág. 259).

Penal e Processo Penal. I - *Habeas Corpus*. Prova. Cabimento. O *Habeas Corpus* não é infenso a exame menos profundo da matéria de prova. É que; na apreciação da



ilegalidade ou do abuso de poder, não resta outra alternativa ao Juiz senão levar em conta, em certa medida (RTJ 35/533), as provas apresentadas pela acusação. Habeas Corpus conhecido. 2 - Peculato-desvio. (CP, art. 312, segunda parte). Hipoteca de navio de propriedade da SUNAMAM. Em se tratando, como se trata, no caso, de negócio jurídico nulo, inválido ou ineficaz, sem resíduo algum, atípica, do ponto de vista penal, apresenta-se a conduta descrita pela denúncia, em aditamento. 3 - Pedido deferido, com efeito extensivo. HC 6.380-RJ. (RTFR, vol. 138, pág. 211).

Penal e Processo Penal. Instalação ou utilização de telecomunicações, sem observância de disposições legais. 1. Não se pronuncia nulidade quando possível absolver-se, desde logo, o acusado; precedentes do TFR. 2. Não se configura o crime previsto no art. 70, da Lei nº 4.117/62, se ausente probabilidade de dano; precedentes do TFR. 3. Apelação provida, para absolver-se o apelante (CPP, art. 386, III). ACr 6.349-PE. (RTFR, vol. 126, pág. 257).

Penal e Processo Penal. Recurso. Erro na interposição. Suspensão condicional da pena. 1. Quando cabível apelação, não poderá ser usado o recurso em sentido estrito (CPP, art. 593, § 4º). Salvo a má-fé, a parte não será prejudicada pelo erro na interposição do recurso (CPP, art. 579). Ausente a única hipótese de exclusão da conversão, conhece-se do recurso em sentido estrito como apelação. 2. A existência de inquérito policial ou de processo em andamento não é, por si só, obstáculo ao deferimento da suspensão condicional da pena (CP, art. 77, II). 3. Apelação provida. RCr 1.305-SE. (RTFR, vol. 164, pág. 427).

Penal e Processual Penal. Guias de exportação falsas, com obtenção de crédito fiscal. Uso de documento falso (CP, art. 304). Crime caracterizado, de acordo com a prova dos autos. Apelação provida e réus condenados. Declaração, de ofício, da extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva (CPP, art. 61). ACr 7.615-SP. (RTFR, vol. 151, pág. 229).

Penal. 1. Moeda falsa. Ação de introduzir em circulação (CP, art. 289, § 1º). Elemento subjetivo. Caso em que, de acordo com a prova dos autos, tinham os réus, quando da ação de introduzir, ciência da falsidade da moeda estrangeira. 2. Pena privativa de liberdade. Redução, em atenção ao grau de culpabilidade e por tratar-se de crime único e não de crime continuado. 3. Apelações providas, em parte, e não provida uma delas. ACr 6.797-AL. (RTFR, vol. 158, pág. 201)

Penal. Apropriação indébita. Imposto de Renda (Lei n. 4.357/64, art. li, a). Extinção da punibilidade pelo pagamento do tributo e acréscimos, ex vi do disposto no Decreto-Lei nº 2.163/84, alterado pelo Decreto-Lei nº 2.176/84. Precedentes: RE 100.299/STF e RCr 1.075/TFR. Habeas corpus concedido, pelo juiz, para trancar-se o inquérito policial. Recurso de ofício desprovido. RHC 6.406-SP. (RTFR, vol. 134, pág. 389).

Penal. Constitucional. Falsificação de título eleitoral, mas sem fim eleitoral. Competência. É da Justiça Federal a competência, em razão da potencialidade do dano aos serviços federais, “que têm a privatividade de sua expedição, estando a eles necessariamente vinculado”. Habeas corpus deferido, de ofício. HC 6.675-RS. (RTFR, vol. 152, pág. 261).

Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

Penal. Contrabando ou descaminho (CP, art. 334, § 1º, letras c e d. 1. Dação ao fato de definição jurídica diversa. E cabível, nos termos do art. 383 do Cód. de Proc. Penal. 2. Atividade comercial com habitualidade. Não se exige, para a caracterização do tipo, o exercício de atividade comercial constante ou repetida. Apelação desprovida. ACr 6.254-RN. (RTFR, vol. 124, pág. 191).

Penal. Contrabando ou descaminho por assimilação. Inescusabilidade por erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição). Caso em que não faltou ao agente consciência da ilicitude ou da antijuridicidade do fato. Apelação provida; réu condenado à pena mínima. Declaração, de ofício, de extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva. ACr 6.395-BA. (RTFR, vol. 133, pág. 187).

Penal. Contrabando ou descaminho. 1. Mercadoria de procedência estrangeira. Existência de suficiente prova. 2. Pena. Redução para o mínimo. 3. Suspensão condicional. Redução do prazo. Apelação parcialmente provida. ACr 6.261-RJ. (RTFR, vol. 124, pág. 193).

Penal. Crime de sonegação fiscal. Pagamento do débito. Extinção da punibilidade. Aplicação do Decreto-Lei nº 2.303/86, art. 24, § 3º Precedentes do TFR. *Habeas corpus* deferido. HC 7.110-SP. (RTFR, vol. 164, pág. 307).

Penal. Denúncia com apoio no art. 134, § 1º, letra “d”, e § 2º, do Código Penal. Ausência de prova da destinação comercial da mercadoria. Sentença absolutória. Apelação desprovida. ACr 6.179-PB. (RTFR, vol. 124, pág. 184).

Penal. Descaminho. Bagagem. Venda fora do prazo. Ocorrido legalmente o desembaraço da bagagem, com isenção de impostos, a venda da mercadoria fora do prazo de comercialização permitida, constitui infração fiscal e não infração penal. Crime de descaminho não configurado. Precedente: HC-5.194. Apelação provida e apelante absolvido (CPP, art. 386, III). ACr 6.903-RJ. (RTFR, vol. 156, pág. 251).

Penal. Entorpecentes (Lei nº 6.368/76). Tráfico com o exterior (arts. 12 e 18-I). 1. Crime caracterizado, resultando infrutífera, diante da perícia oficial, a pretensão de desclassificar a acusação para o art. 16. 2. Pena privativa de liberdade. Execução em regime aberto, preenchidos os pressupostos de lei (CP, art. 33, § 1º, letra c, e § 2º, letra c). 3. Pena de multa. Redução. 4. Apelação provida, em parte. ACr 7.495-RJ. (RTFR, vol. 157, pág. 331).

Penal. Estelionato, falsidade ideológica, quadrilha ou bando. 1. A absolvição, com o provimento da apelação, de um dos quatro réus que se associaram para cometer crimes, descaracteriza o crime de quadrilha ou bando, pela falta, em relação aos demais, do quorum mínimo de quatro. 2. Na falsidade como meio de outro crime, aplica-se a regra do concurso formal. Precedente: ACr 7.532. 3. Provimento total de uma das apelações e provimento, em parte, das outras. ACr 7.605-RJ. (RTFR, vol. 152, pág. 229).

Penal. Extinção da punibilidade. Prescrição da ação penal reconhecida entre o recebimento da denúncia e a sentença condenatória, com trânsito em julgado para a acusação. Apelações parcialmente providas. ACr 6.497-RS. (RTFR, vol. 124, pág. 195).



Penal. Extinção da punibilidade. Prescrição da ação penal. Aplicação dos arts. 107-IV, 109-V e 110 § 1º, do Código Penal, na redação da Lei nº 7.209/84. Apelação provida. ACr 6.209-SP.

Penal. Extinção da punibilidade. Prescrição ocorrida entre o recebimento da denúncia e a sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação. Apelação provida para se declarar prescrita a pretensão punitiva. ACr 6.280-DF. (RTFR, vol. 132, pág. 337).

Penal. Extinção da punibilidade. Prescrição. O § 1º do art. 110 do Código Penal, na redação atual, trata de duas espécies de prescrição: a) prescrição que tem por termo inicial a sentença; b) prescrição retroativa. Em ambos os casos, cuida-se de prescrição da pretensão punitiva (ou da ação penal). Aplicação, na espécie, da prescrição sob a letra a. Apelação parcialmente provida. ACr 6.071-CE. (RTFR, vol. 130, pág. 286).

Penal. Fixação da pena. Se o juiz, ao fixar a pena-base um pouco acima do mínimo legal, teve em conta expressa circunstância prevista no art. 59 do Cód. Penal, não praticou ilegalidade. Pedido de habeas corpus indeferido. HC 6.767-SP. (RTFR, vol. 158, pág. 261)

Penal. Invasão de posto indígena. Subtração, por silvícola, de coisa alheia móvel, de propriedade do responsável pelo posto. Caso de competência estadual. Conflito conhecido e declarado competente o suscitado. CC 7.170-RS. (RTFR, vol. 153, p. 289).

Penal. Moeda falsa e falsidade documental. Prova suficiente para a condenação, de um dos réus, por dois crimes, de outros dois réus, por um só crime. Redução de penas. Apelações providas em parte, com efeito extensivo. ACr 7.463-RJ. (RTFR, vol. 157, pág. 195).

Penal. Prescrição da pretensão punitiva. Recurso da defesa. 1. A questão sobre prescrição da pretensão punitiva (ou da ação penal), mesmo que examinável de ofício, precede outras questões, ainda que de mérito. 2. Reduzida, em grau de apelação da defesa, a pena imposta pela sentença, considera-se essa pena para fins de regência da prescrição, que, na espécie, se reconheceu e se declarou, de ofício, entre o recebimento da denúncia e a sentença condenatória recorrível. Aplicação dos arts. 109, V, e 110, § 1º, do Cód. Penal, e art. 61 do Cód. de Pr. Penal. ACr 6.507-BA. (RTFR, vol. 133, pág. 303).

Penal. Recebimento indevido de benefício previdenciário. Estelionato (CP, art. 171 e § 3º). Caso de inexistência de prova suficiente para a condenação. Apelação provida e réu absolvido (CPP, art. 386, VI). ACr 7.519-RJ. (RTFR, vol. 161, pág. 231).

Penal. Recebimento, com fraude, de benefício previdenciário. Crime de estelionato, bastante a prova para a condenação. Redução das penas aplicadas e exclusão do ressarcimento do dano como condição do sursis. Apelação provida, em parte. ACr 7.651-RJ. (RTFR, vol. 163, pág. 216).

Penal. Receptação culposa. Inexistência de desproporção entre o valor e o preço. Sentença absolutória confirmada, em relação a um dos réus. Estelionato. Pequeno valor do prejuízo. Em se tratando, à época, de valor superior a alguns salários mínimos, não se poderia cogitar de aplicação do art. 171, § 1º, do Código Penal.

Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

Sentença reformada, quanto ao outro réu. Declaração, todavia, de ofício, de extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva. ACr 6.564-GO. (RTFR, vol. 135, pág. 281).

Previdência Social. Abono de permanência. Tempo de serviço. Prova testemunhal. Livre convicção. Cabendo ao Juiz apreciar livremente a prova dos autos, à vista do art. 131 do Código de Processo Civil, pode, em sua sentença, acolher, para contagem de tempo de serviço, a prova exclusivamente testemunhal, desde que certa, apta e eficaz. Apelação desprovida. . AC 96.342-SP. (RTFR, vol. 137, pág. 153).

Previdência Social. Aeronauta. Abono de permanência em serviço. Não obstante ter direito à aposentadoria especial, o aeronauta faz jus ao abono de permanência em serviço. Precedentes: AMS's 85.847 e 99.829. AC 100.530-RJ. (RTFR, vol. 155, pág. 151).

Previdência Social. Aposentadoria previdenciária e aposentadoria acidentária. Acumulação. Admite-se a coexistência de ambos os benefícios, desde que os pressupostos de um e de outro tenham ocorrido em data anterior à vigência da Lei nº 6.210, de 4-6-75. Caso, porém, em que tal não se deu, impondo-se, pois, a improcedência da ação. Apelação, por isso provida. AC 101.754-SP. (RTFR, vol. 137, pág. 174).

Previdência Social. Auxílio-doença. Estando temporariamente incapacitado para o trabalho, o segurado tem direito ao auxílio-doença, preenchidos os demais requisitos de lei. Ação julgada improcedente. Apelação provida e reformada a sentença. AC 107.064-SC. (RTFR, vol. 138, pág. 177).

Previdência Social. Benefícios. Acumulação. É inadmissível a acumulação da pensão da Lei Complementar nº 11/71 com a aposentadoria por velhice da Previdência Social urbana. Ação Rescisória com fundamento no art. 485, III, V e VII. Procedência da rescisória, daí decorrendo a improcedência da ação ordinária. AR 959-RJ. (RTFR, vol. 136, pág. 3).

Previdência Social. Dependente de trabalhador rural. Amparo da Lei nº 6.179/74. Pensão da Lei Complementar nº 11/71. Direito à pensão que se reconhece à viúva, “inobstante o varão ter percebido apenas o favor da renda mensal vitalícia”, já que preenchidos os requisitos da Lei Complementar nº 11/71. Precedentes: AC's 77.529 e 102.210. Apelação provida, julgando-se procedente a ação. AC 100.791-SP. (RTFR, vol. 150, pág. 161).

Previdência Social. Dependente de trabalhador rural. Desnecessidade do prévio exaurimento da via administrativa. Direito à pensão previdenciária, comprovada, pela dependente, a condição de trabalhador rural do falecido, preenchidas as demais exigências de lei. Redução do percentual a título de honorários advocatícios. Agravo retido desprovido; apelação parcialmente provida. AC 110.380-SP. (RTFR, vol. 139, pág. 213).

Previdência Social. Dependente de trabalhador rural. Direito à pensão previdenciária, reunidos os requisitos de lei. Prestações em atraso somente a partir da data da citação, ausente requerimento na esfera administrativa. Apelação parcialmente provida. AC 103.638-DF. (RTFR, vol. 133, pág. 229).



Previdência Social. Dependente de trabalhador rural. Pensão. Divórcio. Aplicação do princípio da Súmula 64/TFR, uma vez comprovada a necessidade do benefício. Apelação provida e ação julgada procedente. AC 107.735-SP. (RTFR, vol. 160, pág. 107).

Previdência Social. Dependente. Considera-se dependente do segurado a companheira mantida há mais de 5 (cinco) anos; matéria de prova suficiente para o reconhecimento da dependência. Prestações vencidas tão-só a partir da citação, face à ausência de requerimento na esfera administrativa. Auxílio-funeral. Se a autora não pediu na inicial, não pode ser concedido pela sentença; aplicação dos arts. 2º, 128 e 460 do Código de Processo Civil. Apelação parcialmente provida. AC 109.130-SP. (RTFR, vol. 144, pág. 217).

Previdência Social. Pensão a dependente de trabalhador rural. Direito reconhecido, preenchidas as exigências legais. Efeitos patrimoniais contados a partir da citação inicial. Verba honorária corretamente fixada. Apelações desprovidas. AC 97.830-SP. (RTFR, vol. 132, pág. 589).

Previdência Social. Pensão a dependente de trabalhador rural. Direito reconhecido, preenchidas as exigências legais. Desnecessidade de prévio esgotamento da via administrativa. Efeitos patrimoniais contados a partir da citação inicial. Verba honorária corretamente fixada. Apelações desprovidas. AC 100.191-SP. (RTFR, vol. 142, pág. 159).

Previdência Social. Pensão. Mãe. Dependência econômica. Comprovada a dependência econômica da mãe em relação ao filho, tem aquela, em razão da morte deste, direito à pensão, conforme o art. 47 da CLPS. Possibilidade de opção por benefício mais vantajoso. Apelação parcialmente provida. AC 102.520-SP. (RTFR, vol. 143, pág. 127).

Previdência Social. Tempo de serviço. Contagem. Existindo razoável início de prova documental, amparado por ampla prova testemunhal, confirma-se a sentença que deferiu o pedido de contagem de tempo de serviço. Apelação improvida. AC 116.316-DF. (RTFR, vol. 154, pág. 153).

Processo Civil e Militar. Ação Rescisória. 1. Erro. Se a sentença rescindenda admitiu fato ou ato inexistente, justifica-se a Ação Rescisória, por aplicação do art. 485, inciso IX e §§ 1º e 2º, do Cód. de Pr. Civil. 2. Reforma. Preenchidos os pressupostos de lei, cabe a reforma do militar, com remuneração correspondente à do posto que detinha quando na atividade. 3. Ação Rescisória julgada procedente, com a procedência parcial da ação ordinária. AR 1.154-RJ. (RTFR, vol. 139, pág. 9).

Processo Civil e Previdência Social. Liquidação da sentença. Limites. Aplicação do art. 610 do Cód. de Pr. Civil. Correção monetária. Sua aplicação aos processos pendentes, nos moldes e a partir da Lei nº 6.899/81. Inaplicabilidade da Súmula 71/TFR. Apelação do Instituto provida, em parte. Recurso adesivo do autor-credor improvido. AC 102.517-SP. (RTFR, vol. 150, pág. 174).

Processo Civil e Previdência Social. Sentença. Limites. Envolvendo o pedido matéria previdenciária, não poderia a sentença solver a questão como se tratasse de matéria acidentária. O Juiz há de ficar adstrito ao pedido da parte, decidindo a

Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

lide nos limites em que foi proposta. Aplicação dos arts. 2º, 128 e 460 do Código de Processo Civil. Apelação provida e declarada nula a sentença. AC 110.233-SP. (RTFR, vol. 140, pág. 191).

Processo Civil e Trabalhista. Mandado de Segurança. Conflito de Competência. Há conflito negativo quando dois ou mais juízes se consideram incompetentes. Caso em que um dos juízes, o trabalhista, ao afirmar o não-cabimento do mandado de segurança, não proclamou, por esse ato, certamente, a sua própria incompetência. Conflito não conhecido. CC 6.895-SP. (RTFR, vol. 150, pág. 267).

Processo Civil. 1. Embargos de declaração. Se foi omitido ponto sobre que devia pronunciar-se a Turma, recebem-se os embargos, para correção da imperfeição do julgamento. 2. Sentença. Se a sentença não se encontra adstrita ao pedido, declara-se a sua nulidade. 3. Embargos recebidos e declarada a nulidade da sentença, com o provimento, em parte, da apelação. EDcl AC 111.976-RS. (RTFR, vol. 151, p. 177).

Processo Civil. Ação de demarcação. É própria para o caso de demarcação de terras particulares, e não de terras públicas. Indeferida a petição inicial, em decorrência da natureza das terras em causa, é de se confirmar a sentença. Apelação desprovida. AC 77.980-RN. (RTFR, vol. 143, pág. 55).

Processo Civil. Ação rescisória. Interpretação da Lei nº 3.313/57. Em se tratando de lei de interpretação controvertida nos tribunais, não cabe ação rescisória com apoio no art. 485, inciso V, do Cód. de Pr. Civil. No nosso sistema jurídico, o precedente não vincula nem governa. Ação rescisória declarada inadmissível. AR 1.294-RJ. (RTFR, vol. 148, pág. 7).

Processo Civil. Ação rescisória. Ofensa à coisa julgada (CPC, art. 485, IV). A ofensa pressupõe rejuízo quanto à matéria já decidida, tanto em relação ao mesmo processo (coisa julgada formal), quanto em relação a outro processo (coisa julgada material). Caso de inexistência de coisa julgada, daí o descabimento da pretensão. Ação julgada inadmissível. AR 1.043-CE. (RTFR, vol. 148, pág. 3).

Processo Civil. Ações conexas. Prevenção. Competência. “A relação jurídica processual só se aperfeiçoa com a citação de todos os réus, dada a impossibilidade de ser cindida a ação” (CC-3.741). Em se tratando de ações conexas, ajuizadas em comarcas diferentes, diversa a competência territorial, portanto, a primeira citação válida, daí decorrendo a formação do processo, torna prevento o Juízo. Aplicação dos arts. 219 e 263 do Cód. de Pr. Civil. Conflito conhecido e declarado competente o suscitado. CC 6.922-SP. (RTFR, vol. 146, pág. 305).

Processo Civil. Administrativo. Mandado de segurança. Suspensão de pagamento de servidor que se recusa a submeter-se a exame psiquiátrico. Ilegalidade do ato de suspensão. Segurança concedida. Sentença confirmada. REO 96.296-DF. (RTFR, vol. 123, pág. 382).

Processo Civil. Agravo de Instrumento. Ato denegatório de seguimento. Mandado de Segurança. 1. Cabimento do mandado para impugnar o ato do Juiz. 2. Não tem o Juiz competência para o controle da admissibilidade do agravo (art. 528 do Cód. de Pr. Civil). 3. Segurança concedida. MS 107.281-RS. (RTFR, vol. 131, pág. 369).



Processo Civil. Agravo de instrumento. Dele não se conhece, quando faltar no instrumento, por completa omissão do agravante, peça de traslado obrigatório. Agravo não conhecido. Ag 50.420-RJ. (RTFR, vol. 156, pág. 39).

Processo Civil. Agravo de instrumento. Traslado obrigatório. Não constando dos autos o traslado de peças obrigatórias, e não tendo o agravante, no momento certo, assim requerido em sua petição, do agravo não se conhece. Ag 50.129-MG. (RTFR, vol. 152, pág. 39).

Processo Civil. Apelação. Sentença. Intimação. Se a parte foi regularmente intimada para a audiência de instrução e julgamento, deixando, porém, de comparecer, não há de ser intimada da sentença, quando esta é proferida desde logo (CPC, art. 456). Apelação reputada intempestiva. Agravo de instrumento improvido. Ag 52.605-SP. (RTFR, vol. 161, pág. 27).

Processo Civil. Competência. Instituição financeira em liquidação extrajudicial. Ação contra o Banco Central do Brasil e ação com fundamento no art. 46 da Lei nº 6.024/74. Não sendo comum o objeto, não se reputam conexas as duas ações. Competência que se reconhece da Justiça Federal para processar e julgar a ação contra a autarquia. Agravo de instrumento provido. Ag 51.191-DF. (RTFR, vol. 158, pág. 33).

Processo Civil. Competência. SINPAS. As ações contra entidades do SINPAS podem ser ajuizadas no foro de Brasília, ainda que o autor resida noutro lugar. Aplicação do princípio da Súmula 204/TFR. Agravo de instrumento provido. Ag 50.617-DF. (RTFR, vol. 151, p. 31).

Processo Civil. Execução. Prescrição. No curso de execução não se decreta prescrição arguível no processo de conhecimento, sob pena de ofensa ao princípio de proteção à coisa julgada; na execução, cumpre-se o que ficou decidido na sentença; na execução, somente pode-se deduzir prescrição superveniente, ou seja, aquela que se opera depois da sentença. Apelação provida. AC 97.357-MG. (RTFR, vol. 134, pág. 385).

Processo Civil. Exibição de documento (CPC, arts. 355 a 363). Competência. Visando à prova de um fato, em lide pendente, ainda que se trate de documento em poder de terceiro, compete ao juiz da ação em andamento conhecer também da ação exhibitória. Conflito conhecido e declarado competente o suscitado. CC 7.143-SP. (RTFR, vol. 156, pág. 271).

Processo Civil. Extinção do processo com julgamento do mérito. Sentença. Extensão. Forma. Se a sentença rescindenda extinguiu o processo, com expressa referência ao art. 269, I, não deixou de acolher ou rejeitar o pedido. Inexistência de afronta ao art. 459, primeira parte. A falta de clareza da sentença, acaso existente, só poderia ser corrigida via Embargos de Declaração, não opostos a tempo certo e oportuno. Ação Rescisória julgada improcedente. AR 1.192-RJ. (RTFR, v. 144, pág. 3).

Processo Civil. Iniciativa probatória do Juiz (art. 130). Não suficientemente esclarecidos os fatos, tem o Juiz o poder-dever de determinar as provas necessárias à instrução do processo, principalmente em se tratando de ação onde se pleiteia direito de natureza alimentar. Caso, no entanto, em que se aplicou o princípio dispositivo,

Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

em sua essência. Apelação, por isso, provida e declarada nula a sentença. AC 87.672-DF. (RTFR, vol. 144, pág. 77).

Processo Civil. Perícia. Remuneração do perito. Cabe ao autor, se requereu a perícia ou se foi ela determinada de ofício pelo Juiz, antecipar o pagamento do perito. Aplicação do art. 33 c.c. os arts. 19 e 20, todos do Código de Processo Civil. Agravo de instrumento provido. Ag 51.024-SP. (RTFR, vol. 153, pág. 25).

Processo Civil. Perícia. Requerida prova pericial, não pode o Juiz sentenciar antes de sua realização. Apelação provida, declarando-se a nulidade da sentença. AC 97.116-SP. (RTFR, vol. 130, pág. 221).

Processo Civil. Petição inicial. Inépcia. Apta é a petição inicial que contém os fundamentos de direito (premissa maior), os fundamentos de fato (premissa menor) e o pedido (conclusão); defeito irrelevante não acarreta, de pronto, a sua ineficácia. Apelação provida, determinando-se o prosseguimento da ação. AC 82.769-RJ. (RTFR, vol. 134, pág. 107).

Processo Civil. Prazo. Feriados consecutivos. Os dias da semana santa compreendidos entre a quarta-feira e o domingo, portanto quinta, sexta, sábado e domingo, não são férias, a eles não se aplicando, conseqüentemente, o princípio do art. 179 do Cód. de Proc. Civil, a respeito da suspensão. Agravo de Instrumento provido. Ag 50.717-SP. (RTFR, vol. 156, pág. 41).

Processo Civil. Procedimento. Acidente de veículo. Caso de procedimento sumaríssimo, qualquer que seja o acidente. Aplicação e interpretação do art. 275, inciso II, alínea e do Código de Processo Civil. Agravo parcialmente provido. Ag 48.216-MG. (RTFR, vol. 137, pág. 5).

Processo Civil. Prova pericial. Indicação de assistente técnico e apresentação de quesitos. Prazo. Ainda que se admita prorrogável o prazo do art. 421, § 1º, a parte interessada na prática do ato há de mostrar que o não praticou por justa causa. Hipótese não justificada de perda de do prazo. Agravo de instrumento improvido. Ag 50.019-RJ. (RTFR, vol. 148, pág. 33).

Processo Civil. Provas. Indeferimento. Competindo ao Juiz velar pela rápida solução do litígio, cabe-lhe indeferir as provas inúteis ou meramente protelatórias. Agravo desprovido. Ag 47.816-PR. (RTFR, vol. 133, pág. 47).

Processo Civil. Residente fora do Brasil. Caução, em ORTN's, prestada por empresas estrangeiras, em ação proposta contra a União Federal (CPC, art. 835). Pretensão de incidência de correção monetária sobre os juros. Caso de não-cabimento. Agravo de Instrumento desprovido. Ag 46.206-RJ. (RTFR, vol. 126, pág. 39).

Processo Civil. Saneamento do processo. Caso em que ocorreu preclusão, por não se tratar de matéria indisponível a que se refere o art. 267, nos incisos IV, V e VI, do Código de Pr. Civil. Aplicação do princípio contido na Súmula 424/STF. Apelação parcialmente provida. AC 96.913-SP. (RTFR, vol. 128, pág. 253).

Processo Civil. Sentença. Execução. Demora no depósito. A atualização é devida até a data do efetivo pagamento, conforme princípio da Súmula 561/STF. Demora injustificada. Agravo improvido. Ag 51.810-RJ. (RTFR, vol. 158, pág. 37)



Processo Civil. Usucapião especial. Competência. No caso de usucapião especial em terras devolutas federais, compete ao Juiz local da situação do imóvel, que age por delegação, processar e julgar a ação (arts. 126 da Constituição e 4º, § 1º, da Lei nº 6.969, de 10-12-81). Agravo de Instrumento desprovido. Ag 47.475-MG. (RTFR, vol. 136, pág. 21).

Processo Civil. Valor da causa. Comprovação do tempo de serviço. Caso em que não cabe calcular o valor da causa com base em benefícios decorrentes da aposentadoria. Precedente: Agravo nº 45.948. Agravo desprovido. Ag 46.197-GO. (RTFR, vol. 123, pág. 37).

Processo Civil. Valor da causa. Desconhecimento da exata repercussão econômica da demanda. Correta aplicação do art. 258, do Código de Processo Civil. Impugnação rejeitada. Agravo de instrumento desprovido. Ag 45.636-PR. (RTFR, vol. 125, pág. 12).

Processo Penal. – Competência. – Aplicação dos arts. 76, III, e 78, II, a, do Cód. de Pr. Penal. Conflito conhecido e declarada a competência do suscitante. CC 6.939-RJ. (RTFR, vol. 147, pág. 181).

Processo Penal. Apelação. Deserção. Caso de intimação irregular para ciência e cumprimento de ato judicial, daí não podendo subsistir a pena de deserção. Recurso em sentido estrito provido, para a final tramitação da apelação. Extensão de seus efeitos a co-réus. RCr 1.249-RJ. (RTFR, vol. 146, pág. 393).

Processo Penal. Denúncia pelos crimes dos arts. 171 e 288 do Cód. Penal, e 34, I, e § 1º da Lei nº 4.595/64. Competência. Hipótese de crimes em detrimento de serviço ou interesse da União e entidade autárquica, por ofensa, no todo, ao Sistema Financeiro Nacional. Compete à Justiça Federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual. Aplicação do art. 125, inciso IV, da Constituição e da Súmula 52/TFR. Pedido de habeas corpus indeferido. HC 7.161-SP. (RTFR, vol. 164, pág. 311).

Processo Penal. Embargos de declaração. Hipótese de inexistência, no acórdão, de ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão. Embargos rejeitados. EDcl HC 7.105-DF. (RTFR, vol. 146, pág. 265).

Processo Penal. *Habeas corpus* preventivo. Estrangeiro. 1. No *habeas corpus* preventivo, a ameaça alegada há de ser provada, e provada por quaisquer meios hábeis para mostrar a verdade dos fatos. 2. No caso de entrada ou estada irregular de estrangeiro, precede ao ato de deportação a notificação. 3. Hipótese em que não restou comprovada, por parte do paciente, a ameaça de deportação ou notificação. 4. Recurso de ofício provido e cassado o salvo-conduto. RHC 6.858-MG. (RTFR, vol. 161, pág. 259).

Processo Penal. Inquérito policial. Competência. Não concluído ainda o inquérito policial, pois na dependência de outras diligências, com pedido, para tanto, de dilação de prazo, descabe ao juiz adiantar a sua convicção sobre a competência, para proclamar a sua incompetência, não sendo ela de todo evidente. Recurso em sentido estrito, do Ministério Público, provido. RCr 1.288-AM. (RTFR, vol. 165, pág. 359).

Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

Processo Penal. Inquérito Policial. Trancamento. Habeas Corpus. Em princípio, a simples instauração de Inquérito Policial não constitui constrangimento ilegal. Excepcionalmente, sim, cabendo então o Habeas Corpus, como meio próprio para a correção da coação assim ilegal. Caso dessa excepcionalidade. Habeas Corpus deferido pela sentença. Recurso de ofício desprovido. RHC 6.491-RN. (RTFR, vol. 144, pág. 385).

Processo Penal. Liberdade provisória. Ocorrência de excesso de prazo e inoportunidade de hipótese que autorize a prisão preventiva. Concessão deferida. Recurso em sentido estrito improvido. RCr 1.097-BA. (RTFR, vol. 122, pág. 353).

Processo Penal. Prisão preventiva (CPP, arts. 312 e 315). Faltando ao despacho fundamentação convincente e substancial, e inexistindo indícios suficientes da autoria, não pode prevalecer o decreto de prisão preventiva, baixado antes de ter início a ação penal. Pedido de *Habeas Corpus* deferido. HC 6.343-RJ. (RTFR, vol. 128, pág. 415).

Processo Penal. Prisão preventiva. O deferimento da prisão preventiva, que é uma cautelar, supõe, como toda providência cautelar, o concurso de dois requisitos: o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. Caso em que não se demonstrou o requisito do *periculum in mora*. Pedido de prisão indeferido pelo juiz da causa penal. Aplicação do princípio da confiança nos juízes próximos das pessoas em causa, dos fatos e das provas. Precedentes do TFR e do STF. Recurso em sentido estrito desprovido. RCr 1.118-SP. (RTFR, vol. 126, pág. 169).

Processo Penal. Prisão provisória. Sentença anulada. Excesso de prazo. 1. Competência para *habeas corpus*. É o Tribunal competente para o habeas corpus com a alegação de excesso de prazo, pois, ao anular o processo em grau de apelação, não se pronunciou acerca da prisão provisória, que então subsistiu sob a responsabilidade do juiz da ação penal. – 2. Prisão por mais tempo do que determina a lei processual. Existência de coação ilegal, vez que do anulamento do processo decorreu a reabertura da instrução. – 3. Pedido de habeas corpus deferido, com efeito extensivo. HC 6.632-RJ. (RTFR, vol. 149, pág. 269).

Processo Penal. Separação facultativa de processo (art. 80). A faculdade de separar processo é outorgada ao juiz, segundo o critério de conveniência e oportunidade, e daí não decorre, existindo o motivo relevante para a separação, ofensa aos princípios da unidade e da ampla defesa. Pedido de *habeas corpus* indeferido. HC 7.090-SP. (RTFR, vol. 165, pág. 259).

Processo Penal. Suspeição. Inimizade capital. Juiz e representante do Ministério Público. O conceito de parte do art. 254, inciso I do Cód. de Pr. Penal não abrange o Ministério Público. Exceção não conhecida. ExSusp 121-AM. (RTFR, vol. 148, pág. 243).

Regimento Interno. Embargos de divergência (art. 275). Cabem das decisões das Turmas, em recurso ordinário, no caso de divergência. Consequentemente, não cabem de decisões das Turmas, em agravo regimental. Embargos não conhecidos. ERO 7.483-MG. (RTFR, vol. 154, pág. 387).

Responsabilidade Civil. Transporte aéreo. Acidente aeronáutico. Ações ajuizadas por seguradoras. 1. Permissão de inovar. Não é novo o fato já ventilado perante

o juízo inferior, embora a sentença dele não tenha cuidado expressamente. Caso de inaplicação do disposto no art. 517 do Cód. de Pr. Civil. 2. Sub-rogação. No seguro aeronáutico, é possível a sub-rogação do segurador nos direitos do segurado. Princípio da Súmula 188/STF. 3. Obrigação de indenizar. É da União, pela culpa do serviço de controle de tráfego aéreo. 4. Honorários advocatícios. Redução do percentual, por incidência do § 4º do art. 20 do Cód. de Pr. Civil. 5. Decadência. É de 2 (dois) anos, sob a regência do Cód. Bras. do Ar – Dec.-Lei nº 32/66, art. 150. A decadência não se interrompe e é decretável até de ofício. 6. Apelação provida, em parte. 7. Sentença, ademais, reformada, em parte, em razão do duplo grau, com o pronunciamento da decadência, quanto à segunda ação. AC 96.437-RJ. (RTFR, vol. 162, pág. 111).

Trabalhista e Administrativo. Sindicato rural. Reconhecimento. O art. 519 da Consolidação pressupõe que duas ou mais associações profissionais tenham, ao mesmo tempo, requerido ao órgão competente o reconhecimento e a investidura. Caso em que, entretanto, no processo de reconhecimento, não estavam em concorrência associações profissionais. Inaplicabilidade da norma citada, portanto. – Irregularidades. Matéria envolvendo exame de prova, a retirar, assim, a liquidez e certeza do direito alegado. – Mandado de segurança indeferido. MS 108.296-DF. (RTFR, vol. 147, pág. 275).

Trabalhista e Processo Civil. Valor da causa. Impugnação. Motivação. Ao impugnar o valor atribuído à causa pelo autor, o impugnante há de traduzir a sua impugnação em elementos certos e concretos; a singela alegação de que se trata de valor “ínfimo e irrisório” não basta, como não serve aquela outra atinente ao recurso cabível, no futuro. Impugnação julgada improcedente pelo juiz. Agravo de instrumento desprovido. Ag 49.199-PR. (RTFR, vol. 149, pág. 23).

Trabalhista, Administrativo e Processo Civil. 1. Mandado de Segurança. Dissociação de categoria profissional. Já que a questão atinente à dissociação fora apreciada, no mérito, em precedente pedido de segurança, tornou-se questão inapreciável no momento, face à coisa julgada. Precedentes. 2. Sindicato. Criação. Arguição de nulidade do ato administrativo de criação do sindicato, por falta de motivação e por desvio de finalidade. Improcedência da alegação, conforme a doutrina e a lei. 3. Pedido de segurança indeferido. MS 107.844-DF. (RTFR, vol. 147, pág. 269).

Trabalhista. Contrato de trabalho. Justa causa. Caracterizada a desídia do empregado no desempenho das respectivas funções, cabe a rescisão do contrato de trabalho, pelo empregador, por justa causa. Recurso Ordinário desprovido. RO 7.564-MG. (RTFR, vol. 136, pág. 405).

Trabalhista. Contrato de trabalho. Rescisão. Justa causa. 1. Punido com penas de advertência e suspensão, em decorrência de faltas praticadas, não pode o empregado, sem cometimento de nova falta, ter o seu contrato de trabalho rescindido pelo empregador, por justa causa, ainda que ao argumento de desídia. Não se repete punição, daí a proibição da dupla penalidade, do non bis in idem. 2. Horas extras. A compensação pressupõe acordo ou contrato coletivo. 3. Reclamação julgada procedente. Recurso ordinário improvido. RO 7.321-RJ. (RTFR, vol. 162, pág. 403).

Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

Trabalhista. Desvio de função. A prestação eventual, rara e causal de serviço diverso não caracteriza desvio funcional, para fins de diferença salarial. Caso, ademais, em que o reclamante não provou o fato constitutivo do seu alegado direito. Recurso provido e reclamação julgada improcedente. RO 7.596-BA. (RTFR, vol. 139, pág. 369).

Trabalhista. Desvio funcional. Durante o desvio funcional, o empregado tem direito apenas à diferença salarial. Aplicação do princípio da Súmula nº 223/TFR. Recurso ordinário provido, em parte. RO 8.692-CE. (RTFR, vol. 150, pág. 456).

Trabalhista. Eleição sindical. Maioria absoluta em relação ao total de eleitores com capacidade de votar. Sentença confirmada. REO 103.044-RJ. (RTFR, vol. 122, pág. 382).

Trabalhista. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Movimentação da conta vinculada. Aplicação da Súmula 178/TFR. Apelação provida e segurança concedida. AMS 106.999-RS. (RTFR, vol. 147, pág. 257).

Trabalhista. Prescrição. Findo o contrato de trabalho, prescreve em dois anos, nos termos do art. 11 da Consolidação, o direito de pleitear qualquer reparação. Trata-se de prescrição total, e não de prescrição parcial. Prescrição pronunciada pela sentença. Recurso Ordinário desprovido. RO 8.105-RJ. (RTFR, vol. 137, pág. 411).

Trabalhista. Rescisão do contrato de trabalho, sem justa causa. Indenização devida. Desvio de função, daí decorrendo direito à diferença salarial. Recurso Ordinário desprovido. RO 6.394-BA. (RTFR, vol. 155, pág. 107).

Trabalhista. Vantagem pessoal (Lei nº 6.732/79). Não se aplica ao servidor-empregado (RO-5.832). Acaso erroneamente deferida, pode a administração, para sanar o equívoco, cancelar seu próprio ato. Reclamação improcedente. Recurso ordinário improvido. RO 9.258-CE. (RTFR, vol. 162, pág. 411).

Trabalho. Contrato. Alteração. Função de confiança. Perda a função, com a perda da gratificação correspondente, tal não constitui alteração unilateral do contrato, à luz do art. 468, parágrafo único, da Consolidação. Recurso ordinário provido e reclamação improcedente. RO 8.552-RJ. (RTFR, vol. 160, pág. 183).

Trabalho. Recurso. Interposição do recurso de embargos infringentes do julgado, quando cabível o recurso ordinário. Preliminar de não conhecimento, na qual ficou vencido o Relator – Recurso conhecido. Horas extras. Ultrapassada a jornada normal de trabalho, cabe o pagamento das horas extras. Recurso desprovido. RO 7.595-RS. (RTFR, vol. 131, pág. 407).

Trabalho. Servidor remunerado mediante gratificação de gabinete. 1. “A prescrição para reclamar contra anotação de Carteira Profissional ou omissão desta flui da data da cessação do contrato de trabalho” (Súmula 64/TST). 2. Existência de vínculo trabalhista, preenchidos os pressupostos de lei, daí resultando a obrigação de recolhimento das contribuições devidas ao FGTS e ao IAPAS. 3. Ação trabalhista procedente. Recursos improvidos. RO 7.835-DF. (RTFR, vol. 159, pág. 133).